O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PRB.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PR está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PR.

O SR. MILTON VIEIRA - PRB - Sr. Presidente, quero deixar registrado que, pelo visto, o projeto do deputado Wellington Moura foi boi de piranha. Não tem mais nenhum acordo sobre projeto nenhum. Vou obstruir um por um, daqui para frente. O dele está sendo rejeitado como boi de piranha. Não aprovo mais nenhum projeto de deputado hoje, inclusive o meu. Vou obstruir até o meu.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Presidente, se esse projeto não for aprovado hoje, como é que ele fica?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Ele vira o item 1 da sessão ordinária.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Na próxima sessão, ele será o item 1.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Ele já é o item 1, pois ficará com votação adiada.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Ok, obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, o deputado Milton Vieira está dizendo que vai obstruir todos os demais projetos. É legítimo que ele o faça. Porém, nós havíamos acordado no Colégio de Líderes que votaríamos aqui seis projetos em relação aos quais havia acordo, mas o deputado Roque Barbiere pediu verificação. Não tínhamos esse acordo de que haveria alguém pedindo verificação de votação. E derrubou, infelizmente. Isso é muito ruim também.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vale lembrar que não encerramos o processo de votação ainda. Pode ser que mais três parlamentares ainda votem.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Se aparecessem mais três, seria ótimo, pois garantiríamos um acordo que estabelecemos.

O SR. JOÃO CARAMEZ - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero engrossar o coro de alguns deputados no sentido de fazer um apelo ao meu amigo, meu irmão, Roquinho Barbiere, para que retire o pedido de verificação de votação, para que possamos dar sequência àquilo que foi acordado e combinado.

Para um deputado, é difícil ter um projeto de lei aprovado. Quando há um acordo dessa magnitude... E considero que V. Exa. conduziu muitíssimo bem o processo, com vários deputados sendo contemplados. Ao findar o primeiro semestre dos nossos trabalhos, seria importante que o deputado pudesse retirar a verificação de votação para que pudéssemos dar sequência àquilo que foi acordado no Colégio de Líderes.

Com a palavra, o nosso deputado Roquinho Barbiere.

* * *

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência encerra o processo de votação. Participaram deste processo 45 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, 38 votos "sim", cinco votos "não", uma abstenção, e este presidente, que não vota, quórum insuficiente para a aprovação do projeto, sendo que o projeto vira item 1 da sessão ordinária.

O SR. JOÃO CARAMEZ - PSB – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, acho que não há mais sentido em continuar a sessão. Não há mais sentido, desculpe-me, porque seria uma falta de companheirismo, seria uma injustiça dar sequência ao processo, com o projeto de outros deputados.

Inclusive, o meu está aí. Venho lutando há mais um ano, para ser votado. Não é um projeto que entrou este ano para ser votado neste ano. Há mais de um ano. Eu me sinto desencorajado em continuar esse processo. Não me sinto mais à vontade, em votar em projeto nenhum.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para isso, seria necessário que algum líder, ou vice-líder, pedisse o levantamento da presente sessão. Se houver concordância dos líderes em plenário, ...

O SR. JOÃO CARAMEZ - PSB - Então, sou vice-líder do PSB, eu peço o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Questiono os líderes.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Não há concordância, Sr. Presidente.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero me juntar à fala do deputado João Caramez. Inclusive, quero pedir a meu líder, deputado Coronel Camilo, que tem um coração grande, um homem que consegue fazer várias conciliações nos momentos necessários, que nos ajude a levantar esta sessão.

É muito ruim o que aconteceu aqui hoje. Em nenhum momento, deputado Gilmaci, nesses três anos e meio em que estou aqui, nós fizemos um acordo com projeto de deputados, para chegar aqui à sessão, e haver um comportamento diferente.

Penso que não há mais sentido em nós continuarmos com a votação dos próximos projetos, sendo que foi descumprido um acordo aqui, com o nobre deputado Wellington Moura.

Clamo a meu líder que nos ajude a pedir o levantamento da sessão.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu projeto é o próximo da lista, mas faço coro aos nossos deputados. Não há mais sentido, não passou um projeto que estava acordado, e o próximo seria o meu projeto. Mas sugiro o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo concordância para levantamento da presente sessão, passamos ao item 2.

Item 2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1311, de 2007, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Inclui na grade curricular do ensino médio das redes pública e privada do Estado a disciplina "Estado, Cidadania e Ética". Pareceres nºs 653 e 654, de 2009, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis. Parecer nº 655, de 2009, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável com emenda. (Em anexo os Projetos de lei nºs 613, de 2016, e 903 e 932, de 2017).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa requerimento de preferência ao projeto 903/17.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Sr. Presidente, quero pedir ao meu líder que, em respeito ao que aconteceu com o deputado Wellington Moura, pedisse o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Na verdade, deputado Cezinha, não existe acordo. Quando um líder discorda do levantamento da sessão, a sessão não pode ser levantada. Temos que dar continuidade.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Peço o levantamento da presente sessão. Insisto com nosso deputado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Questiono os líderes presentes no plenário se existe acordo para o levantamento da sessão.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Não há acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo acordo, coloco em votação.

Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo, para encaminhar o projeto.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, peço, regimentalmente, uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Nós temos quórum para a sessão, neste momento. Lembro que faltam somente 10 minutos para o encerramento da sessão, e em seguida começaremos a sessão extraordinária.

Tem a palavra o nobre deputado Enio Lula Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, percebemos que a Ordem do Dia... Sr. Presidente, quero dialogar com Vossa Excelência. Sr. Presidente, só para esclarecer, temos hoje as galerias lotadas. Metade do pessoal defende o PL nº 31, e o restante - a outra metade - é contra o PL nº 31. Só para entender: o PL nº 31 está pautado na primeira sessão extraordinária?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Conforme acordado por unanimidade dos líderes, está pautado na segunda sessão extraordinária com outros projetos que não têm consenso na Casa.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - O segundo esclarecimento que quero ter é o seguinte: está pautado o Ipesp na primeira sessão extraordinária?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sim, está pautado para a primeira sessão extraordinária.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - É possível, por exemplo, se votarmos rápido o Ipesp, se tiver um acordo, de junto com o Ipesp pautar também o PL 31?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não é possível porque não foi isso que foi acordado entre todos os líderes no Colégio de Líderes.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Mas se houver acordo dos líderes...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Se houver acordo de 100 % dos líderes tudo é possível.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham aqui nas galerias, em tese nós apreciaríamos agora os projetos acordados, os projetos de consenso, e não conseguimos apreciar os projetos de consenso. Imaginem as senhoras e os senhores se nós vamos conseguir aqui apreciar os projetos que não têm consenso, entre os quais o PL nº 31, do nobre deputado Feliciano Filho. Na verdade, o processo de obstrução que nós estamos vendo agora é um prelúdio da obstrução que se anuncia em relação ao PL nº 31. Já estamos num momento de obstrução em relação ao PL nº 31. Se nem os projetos que já estão acordados, há meses sendo debatidos por esta Casa, já é muito difícil entrar num acordo com todos os líderes, todos os partidos, em relação a essas matérias, se estabelece um acordo, o presidente pauta os projetos, tem-se o pedido de verificação e os projetos não são apreciados; aliás, um projeto de minha autoria, na área de Segurança Pública, que é um clamor hoje do estado de São Paulo, e uma série de outros projetos importantíssimos. Não temos ilusão de que os projetos que não soam de consenso vão ter uma dificuldade ainda adicional para poderem, não só serem apreciados, mas até poder ir à votação aqui nesta Casa.

Lamento muito porque são vários projetos importantes, sobretudo o PL nº 31.

Quero aqui chamar uma reflexão nesses cinco minutos que me restam. Uma matéria foi veiculada recentemente na imprensa internacional sobre os jogos da seleção brasileira. Dizia o jornalista canadense da CDC que ficava feliz toda a Copa do Mundo por ver os jogadores da seleção brasileira miscigenados, mulatos, mestiços, o símbolo do que é o Brasil, a mistura das raças, indígenas, afros brasileiros, e os europeus que estão, há 500 anos, tentando construir este grande País. E dizia o mesmo jornalista que, infelizmente, entra Copa e sai Copa, nas arquibancadas o que ele vê em campo não se reproduz. A torcida brasileira nas arquibancadas da Copa parece a torcida da Suécia. Todos brancos, bem vestidos e ricos. E ele, o jornalista canadense, ficava muito frustrado ao ver que, infelizmente, na arquibancada não se reproduz o que acontece no campo. E o que isso quer nos dizer? Quer nos dizer que infelizmente esse é o grande trato do nosso País, que é um país profundamente desigual, um país subdesenvolvido, um país colônia. Eu quero dizer aqui aos que são contra o PL nº 3, que país rico é país que tem indústria, país rico é país que tem fábrica, não é país que exporta matéria prima; não é?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Raul Marcelo, esta Presidência solicita aos ocupantes da galeria que não se manifestem, pois temos um Regimento Interno que proíbe qualquer manifestação das galerias no recinto do plenário da Assembleia Legislativa. Todos sempre são muito bem-vindos, sempre podem participar das discussões, é importante a participação de cada um, mas o deputado tem a prerrogativa de colocar sua posição. Seja favorável ou contrário à posição das galerias, não é lícita a manifestação do público.

Devolvo a palavra ao deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - A indústria, no Brasil, já chegou a representar 30% da economia nacional. Hoje não representa dez. Nos últimos dez anos fecharam-se fábricas, no Brasil, e abriram-se representantes e importadores de produtos chineses. Todos os dias fábricas são fechadas, e abrem-se mais empresas importadoras. O Brasil, hoje, é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Não temos uma fábrica de agrotóxicos, mas, defensivos agrícolas - chamem como quiser. E temos aqui a Unicamp, o polo petroquímico de Campinas, temos ciência e tecnologia para fazer, estamos importando, inclusive da China, defensivo agrícola. E agora o Congresso quer liberar defensivo agrícola que é proibido, inclusive com metamidofós, uma substância cancerígena, banida da Europa inteira, e o Congresso Nacional quer acabar com as restrições da Anvisa em relação a defensivo agrícola.

Pois bem, esse é um traço nosso. E a grande especialidade brasileira, nos últimos anos - que inclusive foi cantada em prosa e verso - usaram o BNDES para monopolizar o mercado de frigoríficos, com a Friboi e o Sr. Joesley Batista, e descobrimos depois que foi na base da propina, da corrupção. O Brasil virou o grande monopólio da proteína mundial e a especialidade da nossa economia, que é esquartejar boi e frango, deveria ser uma vergonha para nós. Deveríamos lutar para fortalecer a Embraer, e não vendê-la a preço de banana para à Boeing, para exportar aviões; fortalecer a Petrobras, e não entregar o pré-sal para os norte-americanos, para os suecos e até para os chineses, como estamos fazendo. Deveríamos fortalecer a indústria da microeletrônica, eletroeletrônica, ter uma montadora nacional. A China está com 55 montadoras nacionais, e o Brasil, um grande país, não tem montadoras. Deveríamos estar trilhando esse caminho, e agora aqui estamos debatendo até aquilo que já é motivo até de constrangimento, que é uma economia especializada em esquartejar frango e boi - agora vamos passar a defender a exportação de boi vivo. Nem no frigorífico vai ter emprego mais. E é interessante que aqueles que defendem isso são críticos da Venezuela. A Venezuela era grande importadora de boi vivo do Brasil até 2016. E são críticos da Venezuela. E agora estamos exportando boi vivo para a Líbia, para o Egito, para a Turquia, por conta da religião, e porque é 25% mais caro o boi vivo.

Qual o interesse público aqui? Muitos aqui são contrários ao esquartejamento - não é minha opinião, porque a proteína, na minha avaliação, é importante ainda, porque há muito brasileiro que não consegue sequer comer a carne ainda, não consegue se alimentar. Mas é importante, é o futuro, é o caminho; devemos ter uma alimentação equilibrada, correta, saudável. Devemos caminhar nesse sentido. Mas o dado concreto é que há brasileiros que passam fome. Um frigorífico gera empregos, arrecada ICMS. Aliás, os auditores fiscais conseguiram, através de uma campanha, ano passado, acabar com uma mutreta que havia aqui em São Paulo, que os frigoríficos estavam deixando de arrecadar 600 milhões de reais com isenção fiscal. Este ano serão 600 milhões de reais a mais no cofre do Governo do Estado de São Paulo, que vai para a Saúde, para a Educação, para a Unicamp, para a Unesp, para a Fatec, para viabilizar a Segurança Pública. O problema da exportação do boi em pé vivo - a minha avaliação reside aí – é que há uma lei que dá isenção de tributação. Então, só ficamos com o ônus, como sociedade, com a água que esse boi bebe, com o espaço que ele ocupa, que muitas vezes deixa de ser ocupado pela agricultura familiar, por outro tipo de agricultura, e o Estado brasileiro não fica com nada, sobretudo o estado de São Paulo.

Quero dizer que sou favorável ao PLC nº 31, porque na minha avaliação o interesse público está aí, na arrecadação de impostos e nos empregos, porque se a moda pega, se atentem bem, Srs. Deputados, porque ganha-se mais na exportação do boi vivo. Como é que nós vamos ficar com os 300 mil empregados que estão nos frigoríficos do Paraná? Ou os empregados que nós temos nos frigoríficos aqui em São Paulo, que não é pouca gente não? E a arrecadação de impostos? Se a União Europeia resolver importar boi vivo e não mais boi esquartejado nós vamos desempregar uma cadeia imensa de trabalhadores aqui no estado.

O interesse público do PL 31/2018 na minha avaliação reside aqui e por conta disso que eu sou a favor. Eu sou defensor da agricultura de alta precisão. O agronegócio cumpre um papel importante no nosso País. Agora, ele não deixa o Brasil rico. Algumas pessoas enriquecem, o Brasil não. Porque nós já fomos o grande exportador de pau-brasil, o maior do mundo; grande exportador de cana de açúcar, o maior do universo; grande exportador de borracha, grande exportador de café e, no entanto, continuamos um País colônia, um País pobre.

O que deixa um país rico é a indústria. A agricultura é para soberania alimentar, para defender o interesse nacional. Tanto é que os Estados Unidos têm as duas pontas. Eles têm uma agricultura de ponta forte. São competidores do Brasil na produção de soja. Também têm gado, na pecuária são fortes, mas não deixam de investir no Vale do Silício, no Google, no Facebook, no YouTube. Não deixam de investir na indústria aeronáutica. Não enfraquecem as suas Forças Armadas. Mantêm a soberania sob seus recursos naturais.

Têm as grandes empresas petrolíferas e nós, aqueles que aspiram um Brasil grande, não um Brasil colônia, um Brasil subserviente, têm que buscar o interesse público, e o interesse público é o País cuidando da indústria, da ciência e tecnologia e cuidando sim da agricultura, do agro que é importante. Mas não esse agro, que na minha avaliação não traz benefícios coletivos, e a exportação do boi vivo na minha avaliação não tem o interesse coletivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu sou a favor do PL 31/2018.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência adita à Ordem do Dia o Projeto de lei nº 232, de 2018.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a sessão ordinária desta terça-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia e o aditamento ora anunciado, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje dez minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

* * *

5 DE JULHO DE 2018
40ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Convoca segunda sessão extraordinária para hoje, a ser realizada dez minutos após o término da presente sessão. Coloca em discussão o PL 123/18.
2 - MARCO VINHOLI
Discute o PL 123/18 (aparteado pelo deputado José Zico Lula Prado).
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão do PL 123/18. Coloca em votação o PL 123/18. Informa ter em mãos emenda aglutinativa ao projeto. Coloca em votação consulta às lideranças, para que fosse dado conhecimento da íntegra e votada a citada emenda aglutinativa, sendo dispensada a sua leitura.
4 - ROQUE BARBIERE
Em nome do PTB, solicita a publicação da emenda aglutinativa.
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina a publicação no "Diário Oficial" de emenda aglutinativa ao PL 123/18. Lembra a realização da segunda sessão extraordinária, hoje, às 19 horas e 41 minutos, retificando sua pauta. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 41a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 06/07/2018.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas Srs. Deputados, Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 123, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a extinguir o Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - Ipesp. Com 23 emendas e Mensagem aditiva do Sr. Governador propondo alterações. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes.

O SR. GILENO GOMES - PROS - Abro mão da palavra.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar contra, tem a palavra o nobre deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Cedo meu tempo para o deputado Marco Vinholi.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite a todos e a todas. Ontem já fomos até tarde, hoje também estamos avançando.

Essa é uma sessão importante, já discutimos alguns projetos de deputados, como o do deputado Wellington Moura, que teve consenso no Colégio de Líderes, mas com alguma polêmica entre os parlamentares.

Acho essa discussão importante, a bebida alcoólica tem sido um tabu para essa Casa discutir ao longo dos últimos tempos e o projeto do deputado Wellington Moura mostra a visão dele sobre o consumo de bebidas alcoólicas em postos de combustível.

Lembro que o projeto entrou nesta Casa para, primeiro, proibir o total consumo dentro dos postos de gasolina e das lojas de conveniência. Depois, com uma emenda do deputado Jorge Caruso, acabou por proibir o consumo somente dentro do pátio.

Essa é uma discussão que também está ocorrendo dentro do Congresso Nacional, vários deputados apresentaram projetos similares, um deles é o deputado Floriano Pesaro, meu amigo, proibindo o consumo em todas as dependências dos postos de gasolina.

Desde o primeiro momento eu me coloquei contrário a esse projeto. Entendo a questão da Segurança Pública, entendo a questão colocada pelo Wellington Moura, mas discordo. Acredito que essa Casa não tem, e não deve ter, como sua responsabilidade, tirar liberdades individuais das pessoas.

Temos aqui um projeto adaptado, que ia ser muito mais absurdo, pois imaginem só, se você tem uma pizzaria - existem vários tipos de pizzaria - temakeria, não poderia mais vender bebida alcoólica. Quer dizer, não poderiam consumir lá dentro, poderiam vender, mas levar.

Do jeito que ficou, fizeram um arranjo no projeto, não poderia vender dentro do pátio do posto de combustível. Imaginem só, você está lá, compra uma cerveja, sai, abre ela saindo no pátio e o policial te para e diz que você está sendo autuado porque não pode beber ali. Mas se você atravessar a rua e beber na calçada você pode, porque no Brasil não é proibido beber na rua. Ou então você vai ao boteco da frente, compra a bebida e consome lá.

Não consigo entender qual é o sentido prático que esse projeto pode ter. Entendo que temos que tomar sempre muito cuidado quando coibimos liberdades individuais como essa. Temos aqui vários projetos e tenho votado contrariamente quando vejo projeto que determina alguma coisa que, a meu ver, é abusiva tanto ao consumidor quanto aos estabelecimentos.

Muitas vezes a população olha e diz "olha lá, os políticos estão criando leis que não tem nada a ver com o que a sociedade está pensando" e precisamos tomar cuidado com isso. Acho importantíssimo o esforço que estamos fazendo aqui, para que projetos de deputados sejam votados.

Cada vez mais esta Casa debate isso, tanto é que estamos colocando, na Ordem do Dia, projetos com maior consenso, consenso ao menos para que sejam pautados. Minha prática pessoal é a de não coibir que projetos sejam pautados e votados. Eu, pessoalmente, tenho essa posição. E há os projetos polêmicos, que vêm na segunda extra.

É sempre uma dificuldade haver esse tipo de consenso, por isso nessa primeira votação não tivemos quórum para aprovar o projeto do deputado Wellington Moura. Eu, mesmo sendo contrário ao projeto, acho que temos outros projetos. O deputado Roque Barbiere está lutando para a derrubada do seu veto. É um veto justo, essa questão do TAG nas ambulâncias que passam nos pedágios. Sou a favor do seu projeto, acho-o justo. Parece que já há o compromisso de pautá-lo na próxima quarta-feira. Espero que ele venha junto com esse rol de outros projetos.

Há o projeto do deputado Coronel Camilo, que institui a disciplina de Estado, Cidadania e Ética dentro das escolas municipais. Também há o projeto da deputada Maria Lúcia Amary, que institui o Programa de Assistência Básica em Reprodução Humana. Muita gente não se atenta para essa questão, mas quem a vive sabe o grande drama que é.

Do deputado Milton Vieira, há o projeto que altera o ICMS do Estado. Do deputado João Caramez, temos o projeto do selo fiscal de controle e procedência de vasilhames retornáveis. Há o projeto do deputado Estevam Galvão, alterando a relação do ICMS. Além disso, há outros vetos de denominações importantes, que serão derrubados aqui por esta Casa.

Mais cedo eu conversava com o deputado Zico Prado, que tem um projeto importantíssimo para a citricultura do estado de São Paulo. Fizemos parte da CPI da laranja. Fizemos um bom trabalho. Em pouco tempo de CPI, fomos até Brasília atrás do Cade. Fizemos o que foi possível naquele momento. Fizemos um trabalho sério de combate ao monopólio na indústria da laranja.

O deputado José Zico Prado fez um projeto inteligente. Hoje nem estamos falando em monopólio da laranja. Eles são donos da maioria das terras e, portanto, não precisam nem comprar a laranja em monopólio. O seu projeto determina um limite de terras que essas indústrias podem ter. Isso seria fundamental para poder melhorar essa questão, principalmente para o pequeno produtor citricultor que, ao longo do tempo, perdeu tanto emprego e tanta renda, nessa cultura que mais gera emprego no campo.

O SR. JOSÉ ZICO LULA PRADO - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exa. pelo apoio ao projeto. Vossa Excelência é líder da bancada do PSDB, queria que toda a bancada do PSDB apoiasse esse projeto.

Quanto cheguei à Assembleia Legislativa, tínhamos quase 28 mil pequenos e médios produtores de laranja. Hoje, os grandes industriais da laranja plantam a laranja, têm o suco deles, e não precisam mais comprar do pequeno e do médio. É por isso que não chegamos a ter sete mil produtores de laranja no estado de São Paulo. É o Estado que mais produz laranja no País. Eles estão plantando, não compram do pequeno e do médio. Estão acabando com a agricultura no estado de São Paulo.

A maioria está arrendando para a cana; eles não produzem mais laranja. Queria pedir a V. Exa. que garantíssemos que esse projeto tenha o apoio do PSDB e da Casa para gerar emprego. Quem gera emprego é o pequeno produtor. Quero comunicar a V. Exa. que o meu projeto estava na Ordem para ser votado